

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**ASPECTOS RELEVANTES PARA A GESTÃO
DEMOCRÁTICA COMO MEIO DE
(RE)ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CURRÍCULO
ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Alysson Carlos Ribeiro Gomes

**Palmas, TO, Brasil
2010**

**ASPECTOS RELEVANTES PARA A GESTÃO
DEMOCRÁTICA COMO MEIO DE (RE)ORGANIZAÇÃO E
EXECUÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR**

por

Alysson Carlos Ribeiro Gomes

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Marta Roseli de Azeredo Barichello

Palmas, TO, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**ASPECTOS RELEVANTES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA
COMO MEIO DE (RE)ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO
CURRÍCULO ESCOLAR**

elaborada por
Alysson Carlos Ribeiro Gomes

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Marta Roseli de Azeredo Barichello
(Presidente/Orientador)

Claudemir de Quadros, Dr. (UFSM)

Elena Maria Mallmann, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 01 de novembro de 2010.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ASPECTOS RELEVANTES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO MEIO DE (RE)ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

AUTOR: ALYSSON CARLOS RIBEIRO GOMES
ORIENTADORA: MARTA ROSELI DE AZEREDO BARICHELLO
Data e Local da Defesa: Palmas, 05 de novembro de 2010.

Trata da Gestão Democrática na escola, partindo de seu aspecto legal, perpassando pela organização curricular, sem deixar de analisar a importância qualitativa da didática, da metodologia, dos recursos, como também o perfil do educador na atual conjuntura dentro da perspectiva da educação integral, tendo como contribuinte a participação das comunidades escolar e local; através do conselho escolar. Utilizou-se revisão bibliográfica, objetivando evidenciar a relevância do pensar e agir democrático como meio para a (re)organização e execução do currículo escolar. Conclui que para se alcançar a plenitude da gestão participativa é indispensável haver transparência, confiança, conscientização do papel de cada um dos interlocutores e respeito no trato diário com a comunidade; como também é necessário que todos estejam bem informados a respeito dos aspectos pedagógicos, curriculares, legais, organizacionais, planos e diretrizes oficiais e sobre a importância da construção, execução e finalidade do projeto político pedagógico da escola.

Palavras-chave: Ensino. Educação. Gestão democrática. (Re)organização curricular.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ASPECTOS RELEVANTES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO MEIO DE (RE)ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

(RELEVANT ISSUES FOR THE DEMOCRATIC MANAGEMENT AS A MEANS OF
(RE) ORGANIZATION AND IMPLEMENTATION OF SCHOOL CURRICULUM)

AUTHOR: ALYSSON CARLOS RIBEIRO GOMES

ADVISOR: MARTA ROSELI DE AZEREDO BARICHELLO

Data e Local da Defesa: Palmas/TO, 05 de novembro de 2010.

This democratic management in schools, starting from its legal aspect, passing through the curriculum, while analyzing the qualitative importance of didactics, methodology, resources, as well as the educator's profile in the current situation from the perspective of comprehensive education, taxpayer as having the participation of school and local communities, through the school board. We used literature review, aiming to highlight the importance of democratic thinking and acting as a means to (re) organizing and implementing the school curriculum. It concludes that to achieve the fullness of participatory management is essential to have transparency, confidence, awareness of the role of each of the interlocutors and respect in daily dealings with the community, it is also necessary that everyone is well informed about the pedagogical issues, curriculum, legal, organizational, and official plans and guidelines about the importance of the construction, execution and purpose of the political teaching of the school.

Key-words: Teaching. Education. Democratic management. Curriculum (re)organization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 REFERENCIAL TEÓRICO	07
2.1 A Gestão democrática na escola	07
2.2 Organização curricular sob o olhar da gestão democrática	12
2.3 Didática	17
2.4 Perfil do educador	21
2.5 Educação integral	24
2.6 Conselho escolar	27
3.0 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Muito se ouve em relação à importância e necessidade de se frequentar a escola para “ser alguém”. Este pensamento provoca diversas interpretações, alguns podem pensar que apenas ir à escola todos os dias é o suficiente, já para outros é necessário apenas armazenar temporariamente alguns conteúdos e utilizá-los no dia da avaliação, e, acreditamos ainda existirem aqueles que já reconhecem quais os reais objetivos de se frequentar a escola.

Pensando dessa forma, surgem alguns questionamentos sobre: Como é a escola? Como deveria ser a escola? Ou, ainda, o que deve ter a escola?

Seria possível tornar a escola um local de prazer, onde os alunos conseguissem identificar seu real objetivo e frequentá-la por vontade própria? Será que se a escola fosse “diferente” a cada dia, o aluno seria mais consciente de seu papel como educando?

Este estudo objetiva evidenciar alguns dos aspectos relevantes para uma gestão democrática como meio de (re)organização e execução do currículo escolar.

Para tanto, livros, revistas, artigos e demais instrumentos propícios ao estudo foram analisados e, utilizando-se de uma revisão bibliográfica, no intuito de evidenciar meios, mecanismos e/ou métodos que possam contribuir para uma análise criteriosa do funcionamento da escola, sua metodologia, participação das comunidades local e escolar; não de forma a esgotar o assunto, mas na intencionalidade de se buscar caminhos esclarecedores.

Inicialmente buscou-se analisar de forma qualitativa a gestão democrática e dentro dela a organização curricular, em seguida falou-se sobre a didática e o perfil do educador, perpassando pela educação integral e finalizando com a função dos Conselhos Escolares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

A escola, seja qual for seu segmento, deve reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando as iniciativas dos pais em favor da educação, despertar e desenvolver o espírito de cooperação social entre pais, professores e demais envolvidos com a rotina escolar. A função social da escola ultrapassa a troca de conhecimento sistemático de sala de aula [...]. A escola é também um importante espaço de convivência humana – lugar de socialização, de encontros e descobertas. Situações que nem sempre são valorizadas como aprendizagem pela equipe escolar (SOUSA, 2001).

A Constituição brasileira estabelece a gestão democrática como princípio para o ensino público, instituindo o direito e o dever de participação de todos os atuantes dos sistemas em seu artigo 206. Possibilita, dessa forma, às pessoas, independentemente de sua situação cultural e social, a intervenção na construção de políticas e na gestão das instituições educacionais (DOURADO, 2001).

Democracia supõe, conforme Dourado (2001), a convivência e o diálogo entre pessoas que pensam de modo diferente, querendo coisas distintas. O aprendizado democrático precisa embasar-se na capacidade de discutir, elaborar e aceitar regras de forma coletiva, como também superar obstáculos e divergências para a construção de propósitos comuns, por meio do diálogo.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu primeiro artigo:

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Determina ser dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, visando desenvolvimento pleno do educando, embasada nos princípios de qualidade, respeito e democracia e, em seu artigo 14 reza que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades.

Dalmás (2009, p. 102-103) salienta que a escola, sendo um segmento da sociedade, não pode isolar-se, desconhecendo a atuação dos demais segmentos, grupos, entidades e comunidades.

A escola deve articular-se com os outros segmentos e grupos sociais (de jovens, associações de bairro e outros) para conseguir crescer e realizar o processo educacional; dessa forma abrindo-se para a realidade que os cerca e através da articulação entre os grupos, os participantes do processo terão maior incentivo para trabalhar em favor do bem comum, não apenas na escola, como também na sua comunidade; haja vista que este espaço por ser comum, sem que aconteça um planejamento prévio, proporciona o relacionamento de pessoas inseridas em várias realidades e com as mais diversas culturas, as quais esperam com a oportunidade de poderem se manifestar na busca pela melhoria de sua própria realidade.

A gestão democrática implica descentralização do poder, desenvolvimento de clima de confiança entre os vários segmentos – comunidade escolar e local, desenvolvimento de competências necessárias à participação – saber ouvir e comunicar idéias -; enfim, significa proporcionar mudanças na vida da comunidade à medida que a mesma passa a se interessar e se sentir responsável pelo que representa interesse comum. Produz também efeitos culturais, ajudando a comunidade a reconhecer a importância do patrimônio das instituições educativas – escolas, equipamentos, bibliotecas – como bem público comum que oferece vantagens e benefícios à coletividade, isto é a utilização por alguns não exclui o

direito de uso por outros. Como bem de todos, todos podem e devem zelar por seu uso e conservação.

Porém, o bem público comum requer processo participativo de tomadas de decisões, transparência administrativa e financeira e recursos financeiros bem gerenciados. Para Ferreira (2001), relações internas, nível de transparência, grau de autonomia, responsabilidade e possibilidade dos membros interferirem efetivamente na construção de um plano consensual da ação coletiva são necessários ao processo democrático.

Uma instituição de educação formal é uma organização complexa, com vários segmentos que trabalham com pessoas que trazem na sua formação uma gama muito ampla e geral de experiências e interesses e, por consequência, visões diferentes e divergentes (SOUZA **apud** DALMÁS, 2009). A participação da comunidade na escola poderá gerar conflitos por submissão a pressões de alguns grupos defendendo interesses específicos, como disputas de caráter partidário, ideológico ou clientelista. Segundo Dourado (2001) as respostas sobre as ações para a participação na vida da escola contém vários matizes: é importante por ensinar o significado da democracia, possibilitando sua prática nas mais diferentes situações; é obrigação e direito assegurado por lei e torna-se necessidade para os educadores ficarem informados e proporem novas experiências educativas capazes de promover mudanças sociais.

Na perspectiva de uma escola mais eficaz para todos, organizar e dirigir situações de aprendizagem provoca a vontade de conceber situações didáticas que atinjam esse objetivo, principalmente para aqueles alunos que não aprendem apenas ouvindo lições; isto é, os que necessitam de conteúdos trabalhados de forma concreta. Organizar e dirigir situações de aprendizagem implica em despender energia e tempo como também possuir competência profissional necessária para criar situações de aprendizagem carregadas de sentido e motivação; distanciando-se dos exercícios clássicos, que apenas exigem a operacionalização de um procedimento conhecido (PERRENOUD, 2000).

Sendo a escola um espaço que oportuniza a reunião de diversas pessoas com vários interesses e particularidade, torna-se praticamente impossível propor as mesmas ações ou metodologias para os alunos. É preciso que o educador e todo o corpo docente da escola estejam dispostos e preparados para contornar situações, que poderão ser geradas pela rotina. Toda ação gera uma reação, e conseqüentemente toda mudança pode resultar em reações inesperadas e que merecerão um maior empenho, para alcance dos objetivos propostos.

De acordo com Ferreira (2001), a autonomia necessária à escola, deve resultar sempre da confluência de várias lógicas e interesses (políticos, gestores, profissionais e pedagógicos) que é preciso saber gerir, integrar e negociar. A autonomia afirma-se, assim, como expressão da unidade social que é a escola e não pré-existe à ação dos indivíduos. Sendo um conceito construído social e politicamente, pela interação de diferentes atores organizacionais.

Atuar em conjunto para enfrentar problemas, encaminhar soluções, realizar experiências inovadoras na escola, promovendo sempre um clima satisfatório, é o grande desafio das equipes escolares que se empenham em seus objetivos (VASQUES, 2001).

Descentralização de competências, profissionalismo pedagógico, órgãos de participação comunitária, órgãos técnicos de gestão e órgãos técnicos pedagógicos são competências a serem distribuídas entre a comunidade escolar (FERREIRA, 2001).

Segundo Almeida & Almeida (2006), o gestor de uma unidade de ensino não é mais aquele déspota à porta da escola, que aplica punições ou decide tudo de acordo com o que ele próprio pensa. Ao contrário disso ele deve ser um profundo conhecedor e intérprete da lei, para que a escola possa servir a comunidade e resolver seus problemas.

Grosbaum (2001) defende que equipes escolares que fazem a diferença trabalhem como um time, mantendo a integração, articulação e planejamento entre os profissionais da escola. Todos os seus membros sabem que ensinar é um ofício sofisticado, que vai ganhando em competência na medida em que se é exercitado sob a coordenação de um gestor que tem compromisso com o sucesso de todos.

Sendo a escola um local gerador de momentos e que visa contribuição na formação ética e moral dos alunos, ela acaba por se compor de inúmeras pessoas e conseqüentemente inúmeros segmentos, os quais devem conseguir se articular e se comprometer a trabalharem de forma afinada, falando a mesma linguagem.

Rosa (2004) defende que a escola é uma empresa especializada, ou seja, quem manda é o professor. Por mais que existam autoridades acima ou abaixo dele, em sala de aula a soberania pertence ao professor.

Ações inovadoras contribuem para o desenvolvimento do ambiente de trabalho, produzindo alterações significativas na organização dos tempos escolares. Novas atividades desconstroem nossa rotina e estabelecem contato com pessoas diferentes, o que pode liderar processos importantes de mudanças na realidade escolar (FERNANDES, 2001).

Aprender a refletir, a raciocinar e solucionar problemas para adaptarmos as novas gerações para aprenderem mais, melhor e de forma diferente e flexível, é uma necessidade fundamental da educação, é a tarefa mais relevante da escola (FONSECA, 2009).

Para Verderi (2002):

Não há como ignorar a necessidade de novos insights no processo de construção do conhecimento. Ou se dão essas transformações, ou estaremos

contribuindo para uma educação simplista e meramente instrucional e formando seres repetidores de funções como já é feito em máquinas de primeira geração. Se nossas aulas se realizarem de forma mecânica, sem espontaneidade, sem criatividade, sem a livre participação do aluno, estaremos contribuindo para a formação de seres apáticos, que não questionam, que não sabem se expressar e que estão muito longe de um ensino de ação transformadora.

Levando em consideração que a sala de aula é um local precioso, não se justifica manter uma rotina de passividade do aluno durante as aulas, mas sim exige-se uma educação mais ativa da qual faça parte o jogo, pois ao lado do prazer que proporciona também favorece o desenvolvimento e a aprendizagem (CAVALLARI, 2006).

Em todo homem existe um ímpeto criador. O ímpeto de criar nasce da inconclusão humana. A educação é mais autêntica quando desenvolve este ímpeto ontológico de criar. A educação deve ser desinibidora e não restritiva (*ibidem*).

A escola atual deve criar condições para que o aluno possa emitir opiniões, criar, propor e recriar ações que lhe são sugeridas, a fim de compreender e se aproximar dos objetivos propostos pelo professor e/ou escola, através de momentos prazerosos, os quais irão desencadear o crescimento crítico/consciente do educando.

2.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR SOB O OLHAR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Tendo como ponto de partida o diálogo na resolução de adversidades, e compreendendo que o currículo define toda a ação pedagógica da escola, torna-se necessário refletir sobre a elaboração dele, no sentido de atender a necessidade de aproximação entre aluno e escola.

O êxito do esforço e do investimento em renovar a escola depende, em grande parte, de uma retomada histórica da origem de seus problemas, para melhor compreendê-los e, assim, solucioná-los (ACÚRCIO & ANDRADE, 2003).

A educação ajuda o homem a conquistar os seus próprios instrumentos de libertação, de realização do que ele projeta. Graças a ela vai adquirir uma consciência profissional, política, social e religiosa (SANT'ANNA & MENEGOLLA, 2007).

Para Rodrigues (1997), o processo através do qual se vai formando uma personalidade, em função de uma cultura ou de uma sociedade, é denominado educação.

Conforme ANDRADE & ACÚRCIO (2003), a intenção educativa da escola define-se por seu currículo – plano de ação operacionalizador da proposta pedagógica da escola. Responsável por definir quando ensinar, como ensinar e avaliar e o quê e por que ensinar. Representa um elo entre teoria e prática educacional, articulando possibilidades, necessidades, pretensões, interesses e perspectivas; como também um conjunto de escolhas, ações, ênfases e omissões.

Educação se refere ao ato ou efeito de educar. Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral dos seres humanos em geral, visando à sua melhor integração individual e social (HOLANDA, 1975).

Cabe à escola assumir o papel e o compromisso de mediação da relação do sujeito com as novas tecnologias na produção de conhecimento, bens e serviços que cada vez mais se tornam significativas. Para determinar como se deve ensinar, a inovação curricular dependerá de uma visão atualizada de como o aluno aprende e da estrutura conceitual ou componente curricular (ANDRADE & ACÚRCIO, 2003).

Ainda segundo as autoras a busca de caminhos para renovar a escola e adequar à realidade dos novos tempos ao currículo tem recebido contribuição significativa de pesquisadores da educação, os quais vêm gradativamente buscando redefinir o papel da escola.

Morin **apud** Andrade & Acúrcio (2003) considera absurda a transmissão de conhecimentos pela escola sem considerar o processo de conhecimento humano e menciona que para se enfrentar eficientemente os novos desafios sócio-político-econômicos, necessitar-se-á de competência para pensar e tomar decisões encarando a realidade em toda a sua complexidade.

Também é necessário, ainda segundo Andrade & Acúrcio (2003), para haver currículo significativo nas escolas, que haja formação continuada do professor e formas eficientes de informação aos pais; buscando demonstrar a principal função da escola atual que é a formação do cidadão, garantindo-lhe crescimento pessoal, social, individual e coletivo, além de desenvolver-lhe capacidade de tomar iniciativas de forma autônoma e comprometida com o ambiente em que se encontra. Dessa forma, para esse perfil de currículo ser implementado deverá acontecer mudança conceitual e transformação procedimental e atitudinal; pois a escola não pode e nem deve ser apenas informadora.

Em todo o país, educadores tem se esforçado para renovar a escola, o currículo, o ensino e buscar a aprendizagem significativa e durante muitos anos a aprendizagem esteve relacionada a sofrimentos e castigos. Estudiosos nos esclarecem sobre a importância da ludicidade ligada a aprendizagem. Para Schiller (1987) **apud** Andrade & Acúrcio (2003), “o homem só é completo quando brinca. Somos, portanto, o fruto de nossas brincadeiras na infância”.

Para que realmente haja a renovação da escola, do currículo, do ensino e das formas de aprendizagens é fundamental que a sociedade seja consultada e

passa a ter vez e voz ativa. Dessa forma, a escola poderá se aproximar mais da realidade de sua clientela.

Tão importantes quanto as aprendizagens formais são as não formais, informais e espontâneas – o chamado currículo oculto – resultante das relações vivenciadas na família e na comunidade e representado por tudo o que os alunos aprendem através da convivência espontânea com as atitudes, comportamentos, práticas, gestos, e percepções (LIBÃNEO; OLIVEIRA & TOSCHI, 2005).

Ao planejar o currículo a escola, embasada no currículo oficial, deverá considerar alguns princípios práticos, como:

- a) Precisa ser democrático – garantir a todos base cultural e científica comum e base comum de formação moral e de práticas de cidadania;
- b) O currículo representa cruzamento de culturas. Significa propiciar aos alunos experiências e conhecimentos diversificados, compreendendo a escola como um lugar de síntese entre a cultura sistematizada e a experienciada no dia a dia;
- c) A constituição de um espaço democrático na organização escolar deve incluir respeito e valorização da diversidade cultural e social dos alunos, combate ao racismo e a todos os tipos de discriminação e preconceito, propiciando nas salas de aula e na escola um espaço de diálogo e de comunicação entre os grupos sociais que a frequentam;
- d) Também é preciso que se pense sobre os valores, modos de vida e hábitos que necessitam ser modificados para a construção de um projeto civilizatório; e

- e) O currículo não deve apenas atender e favorecer a diversidade entre seus alunos, mas também promover, em cada um, competências que os tornem autônomos em seu desenvolvimento pessoal para que obtenham êxito profissional.

De acordo com os autores anteriormente citados, no referente à necessidade de um planejamento diferenciado do currículo, é necessário que a escola se lembre que representa um espaço destinado ao aluno, e que ele deve se sentir bem nesse espaço de convivência comum. Para que isso ocorra o currículo deve disponibilizar situações que desenvolvam nos alunos o prazer de utilizar este espaço.

É inegável que jogos e diversões provocam prazer e para as crianças brincadeira também significa atividade séria – trabalho. Nas atividades lúdicas não existe a falsa dicotomia entre o sério e o não sério. Às pessoas fazem bem aquilo que gostam de fazer, no entanto é preciso atentar para o seguinte aspecto: nem tudo o que é prazeroso e atraente tem valor educativo, pois para ser educativo é preciso ser desafiador (ACÚRCIO & ANDRADE, 2003).

Atividades lúdico/recreativas evidenciam-se principalmente por meio dos jogos, brinquedos e brincadeiras, elementos estes que sempre existiram independentemente da época, cultura ou classe social (AWAD, 2010).

A criança, ao vivenciar situações recreativas, busca de maneira especial alcançar momentos de diversão e prazer. Entretanto, o educador, com habilidade e planejamento, poderá sugerir atividades recreativas que intrinsecamente proporcionem simultaneamente prazer e informações que contribuam no desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas habilidades (*ibidem*).

Para Feijó (1998), o lúdico passou a ser reconhecido como um traço essencial do comportamento humano. As implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo.

Os jogos devem procurar associar prazer, alegria, espontaneidade e o não-constrangimento. Piaget (1987) escreve a respeito do papel dos jogos na infância para a formação do adulto. Segundo ele: “O jogo constitui o pólo extremo da assimilação da realidade no ego, tendo relação com a imaginação criativa que será fonte de todo o pensamento e raciocínio posterior”.

O jogo possibilita penetrar e se apropriar de forma ativa de um mundo mais amplo (MARQUES & PONTES, 2001).

A Educação Física Escolar, por exemplo, após ter superado a fase da ditadura militar passou a ter uma nova concepção, a qual reconhece o lúdico como instrumento educativo extremamente útil e indispensável em instituições de ensino. Isso acontece em grande parte pela inexistência da obrigatoriedade de se seguir modelos padronizados por livros didáticos, deixando mais à vontade, e com isso oportunizando ao professor a busca de estratégias, metodologias e recursos de forma diferenciada e mais democrática; o que tem agradado sobremaneira o alunado, que se sente participante do processo.

Fundamental também seria que as faculdades estimulassem os professores a aprenderem a envolver os alunos em suas aulas de forma a que pudessem analisar e criticar as atividades lúdicas, bem como a dar mais atenção ao brinquedo e à cultura infantil como material de trabalho do professor (FREIRE, 2002).

2.3 DIDÁTICA

A didática é a ciência dimensionada para o ser humano, que se propõe a ajudar e educar o homem. Uma ciência só tem valor quando pode oferecer à

humanidade possibilidades para melhor realizar a vida, e deve se preocupar, primeiramente, com o homem e sua vida; pois, para poder viver, ele necessita da ajuda da educação, da pedagogia, da didática e de todas as demais ciências (SANT'ANNA & MENEGOLLA, 2007).

Grosbaum (2001) cita dez princípios para que ocorra a aprendizagem:

- 1) Considerar a história particular de cada aluno – compreender que ao chegarem na escola os alunos são muito diferentes por terem experiências distintas de vida;
- 2) O auto conceito do aluno influencia a aprendizagem – é importante saber que cada um vai conhecendo suas possibilidades e limites à medida que conhece os outros e por isso o professor representa papel central na vida de seus alunos e suas atitudes podem deixar marcas profundas fazendo com que o auto conceito possa ser negativo ou positivo;
- 3) A aprendizagem deve ser relevante para a vida do aluno, articulando-se com seus conhecimentos prévios, formando uma estrutura cognitiva mais sofisticada e complexa;
- 4) A aprendizagem motiva mais quando o aluno tem idéia prévia do conteúdo a ser ensinado – torna-se efetivo o ensino e também motivador quando tem significado para o aluno;
- 5) Elogiar pode ser uma arma poderosa para promover aprendizagem – elogios e recompensas estimulam a construção do auto-conceito positivo;

- 6) Aprendizagem vivenciada é sempre duradoura – a oportunidade de exercitar, através de atividades práticas torna a aprendizagem sólida;
- 7) A repetição de forma interessante contribui para a fixação da aprendizagem, porém, deve ser variada, estimulante e diversificada para manter o aluno interessado;
- 8) Quando se conhecem os erros a aprendizagem se torna sólida – é importante que o professor analise a resposta do aluno indicando-lhe de forma clara e precisa seus erros e por que errou;
- 9) Se o estilo cognitivo do aluno é entendido ele poderá aprender melhor – diferentes abordagens devem ser empregadas no desenvolvimento dos conteúdos, buscando atender a necessidade de cada aluno; e
- 10) Aprender a aprender é fundamental para a conquista da autonomia – para que o aluno possa participar conscientemente do processo de aprendizagem é preciso preparar-se para continuar a buscar informações, assimilá-las, organizá-las e saber empregá-las em contextos adequados.

Ainda segundo a autora muitos professores relatam dificuldades em relação à motivação de seus alunos, sendo que esta pode causar apatia e indisciplina.

Talvez um dos grandes monstros que assombram as escolas e/ou salas de aula seja a indisciplina. Candau (2008), analisando diversas realidades, constatou que a disciplina em sala de aula estava centrada na figura do professor, porém uma falha identificada foi que todo o trabalho para a conquista da disciplina era feito de modo isolado, ou seja, os únicos participantes das ações disciplinares

eram os professores; sendo que a equipe técnica da escola e alunos não participavam do diálogo pela disciplina.

Para que a escola seja capaz de promover desenvolvimento e aprendizagem, ela precisa se organizar e possuir compromisso de todos os membros da equipe com a clientela que a frequenta. Todos devem funcionar como uma orquestra – afinados em torno da partitura, regidos pela batuta do maestro - para que o resultado seja harmônico (GROSBAUM, 2001).

Dalmás (2009), afirma que ao propor uma tarefa é sempre bom se ter em mente seu objetivo ou finalidade e saber ao realizá-la o porquê da mesma, pois a visão e a compreensão do todo permitirão maior envolvimento e melhor elaboração. A dinâmica geral de uma escola depende, quase exclusivamente, de seus educadores, pois com ou sem apoio podem favorecer ou enterrar o andamento da ação educativa. Tem-se encontrado frequentemente profissionais metodologicamente despreparados e com pouco domínio de classe, com posicionamento autoritário que se manifesta no relacionamento com os alunos – o professor é o sujeito do saber, enquanto o aluno é apenas o objeto. O professor sabe e ensina; o aluno não sabe e deve aprender. O professor ordena, impõe, julga, castiga e recompensa sem conhecer a clientela e este despreparo se faz sentir no processo de elaboração do planejamento participativo, o qual requer adesão interior.

Neste novo século, em que assistimos a passagem para a chamada Revolução Tecnológica, faz-se necessário o desenvolvimento do espírito crítico em relação ao valor e a utilidade das novas descobertas e dos referenciais éticos que terão de orientar o comportamento das pessoas. Dessa forma, o professor deverá procurar que os alunos desenvolvam capacidade e clareza para definir e diferenciar, dentre os diversos saberes, realidades e idéias, criatividade, poder de argumentação e pensamento próprio. Com isso é preciso que busquemos uma

nova didática – novas formas de ensinar (BAZARRA, CASANOVA & UGARTE, 2008).

Através de uma didática direcionada, torna-se possível desconsertar o aluno, no sentido de ofertar a ele problematizações que resultem em análises profundas dos por quês e para que estão vivenciando determinadas situações educacionais.

Desta forma, compreende-se que articular as ações necessárias ao ensino, fazendo uso de estratégias adequadas e problematizadas com toda a equipe escolar, provocará naturalmente um ambiente de reflexões que busquem sempre a real compreensão da necessidade da vivência dentro da escola. Levando sempre em consideração a necessidade de não apenas estar focado apenas no ambiente interno da sala de aula, mas compreender que no trabalho em equipe o professor deve estar preparado para sair da sala de aula e enxergar a comunidade educativa como um conjunto; pois, segundo Perrenoud (2000), seria equivocado acreditar que a um distanciamento entre a gestão e as questões didáticas, pedagógicas e educativas.

Administrar a escola é sempre, indiretamente, ordenar espaços e experiências de informação (**ibidem**).

2.4 PERFIL DO EDUCADOR

Para Candau (2008), devido aos questionamentos do próprio papel exercido pela educação na sociedade, a falta de clareza sobre a função do educador e a problemática relativa à redefinição do Curso de Pedagogia e das Licenciaturas em geral, a formação dos educadores entrou em um processo de revisão.

Embora a realidade das escolas brasileiras não esteja em perfeitas condições de funcionamento, em especial na questão de materiais pedagógicos, Freire (2002) acredita que a falta maior não é o material, e sim a criatividade, a qual nunca é ensinada nas escolas de formação profissional. Na formação para o magistério a quantidade de pessoas que frequentam as aulas de Educação Física é insignificante, fato que segundo ele afasta o futuro educador da “educação motora”.

Rosa (2004) expõe que se o professor é bom, o aluno faz questão de frequentar a aula e passa a informação para outras pessoas, desta forma fazendo com que outros alunos, internos ou externos, tenham vontade de estudar naquela escola ou sala de aula.

O professor precisa conhecer individualmente o seu aluno, cliente ou orientando, com um grau maior de precisão. Para Guenther (2009), o responsável direto pelo que acontece com o aluno é, certamente, o professor. Mesmo que muitas decisões venham de fora, o processo educativo é condicionado pelo que acontece em sala de aula. Ele é, primeiramente, uma pessoa, com características, potencialidades e necessidades de um ser humano, com sua história passada, seu futuro, expectativas, valores e crenças; atuando em cada situação presente na sua vida, e no seu trabalho como educador. Acredita que os profissionais da educação, de modo geral, são abertos à opinião de especialistas de várias áreas, e mostram prontidão para tentar praticamente qualquer idéia, das mais diversas origens, desde que favoreça seu trabalho.

Os educadores engajados na tarefa que assumiram expressam de modo diferente seus objetivos como professores, e o que entendem ser o objetivo maior da educação. Os educadores vêem a tarefa da educação como formação de pessoas livres, capazes de pensamento crítico, conscientes e competentes para atuar, agir e reagir nas situações da vida, da maneira mais apropriada a si próprias e aos outros (GUENTHER, 2009).

Todos os autores acima referem-se à pessoa do professor enquanto sujeito participe do processo educacional, com suas qualidades e deficiências;

decorrentes ou não da formação acadêmica e de sua vivência social. Não se pode negar que o Brasil, dentre todos os seus problemas também necessita ainda de estudos aprofundados, com vistas a buscar soluções para os altos índices de reprovação e abandono. É na sala de aula, ou seja, na prática, onde acontece a verdadeira relação professor-aluno e o processo de ensino-aprendizagem e, ainda, infelizmente, poucas são as escolas que contam com clientela seleta, professores altamente bem preparados e recursos tecnológicos suficientes e adequados para tornar a aula motivadora.

Segundo Ayres (2008), a realidade da escola pública, como sabemos, é de extrema precariedade das instalações, condições extenuantes de trabalho para os professores, remuneração aviltante, além de clientela proveniente de sub-habitações ou favelas superlotadas; onde crianças são maltratadas e mal alimentadas e provindas de lares destruídos. Porém não se pode deixar levar pela tentação de adotar a filosofia do “ir empurrando com a barriga”. Somente a competência do professor traduzida em seu desempenho em sala de aula, a despeito de todas as dificuldades, poderá mudar a realidade e a vida dos alunos e conseqüentemente do país. Apesar de tudo, nossos alunos ainda são capazes de aprender quando encontram no professor criatividade, competência, bom desempenho, motivação e entusiasmo.

Ensinar vai muito além de apenas promover condições para a construção do conhecimento; ensinar é abdicar de momentos de ócio para planejar ações que venham a elevar o desempenho e a auto estima dos alunos; é saber articular situações de sucesso e fracasso, de forma a se atingir objetivos pré-determinados; é motivar; saber demonstrar afeto e compreensão; dialogar e saber ouvir; é ter predisposição para a pesquisa, como também lembrar-se que só se torna verdadeiramente professor aquele que busca por iniciativa própria esse caminho e nele se mantém por amor à profissão.

A sala de aula é o primeiro lugar de participação democrática e educação para a cidadania, nela se enfrenta contradição entre o desejo de emancipar os alunos e a tentação de moldá-los (PERRENOUD, 2000).

2.5 EDUCAÇÃO INTEGRAL

O conceito de educação integral foi sendo desenvolvido no seio do movimento operário. Coube ao pedagogo Paul Robin sistematizá-lo e conseguir estruturar uma prática pedagógica com base neste conceito (COELHO & CAVALIERE 2002).

De acordo com Rosa (2004), a educação integral é aquela que tem como foco principal despertar no aluno um sentido crítico da sociedade, dando a ele a possibilidade de escolher e entender o que é ser um cidadão de educação integral, voltado para as necessidades sociais.

A associação entre educação e tempo é algo intuitivamente perceptível. É no tempo, que se dão os intermináveis e microscópicos processos da transmissão da experiência e saber das antigas para as novas gerações (COELHO & CAVALIERE 2002).

Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, o Ministério da Educação, tendo como base a perspectiva de universalização do acesso e permanência do educando na escola pública, propõe um desenho de Educação Integral para a construção de uma prática pedagógica que afirme a educação como direito de todos e de cada um. Destaca-se nessa proposta a influência dos processos de globalização, as transformações do mundo do trabalho e técnico-científicas, como também ambientais e outras; as quais impõem novos desafios às políticas públicas educacionais (MEC, SECAD, 2009).

Sabemos que as desigualdades sociais embasam-se nas possibilidades de acesso e permanência dos educandos nos sistemas públicos de ensino e a expansão da oferta de vagas não tem sido acompanhada de condições necessárias para garantia de qualidade. Ainda há problemas relacionados à infraestrutura, aumento de turno de trabalho dos professores, excessivo número de alunos por turma, descontinuidade das políticas públicas, disseminação de múltiplas tendências pedagógicas; aspectos estes todos contribuintes para a não continuidade dos estudos até o final do ensino médio. Segundo dados divulgados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), em 2003 16% dos alunos abandonaram a escola antes de completar oito anos de estudo, e a quantidade de concluintes do ensino médio no mesmo ano não alcançou 31%. Com a criação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o Ministério da Educação pretendeu induzir ações no sentido de não apenas manter o aluno na escola, mas ofertar ensino de qualidade, pois o direito à educação de qualidade é fundamental para a garantia e ampliação dos direitos humanos e sociais e também condição para a manutenção da democracia, e cabe à escola pública a materialização desse direito (**ibidem**).

Segundo ainda o Texto de Referência para o Debate Nacional, do Mec, Secad (2009), o desafio existente na perspectiva de garantia do sucesso escolar poderá ser superado com a prática da educação integral, alicerçada na ampliação da jornada em sala de aula.

Anísio Teixeira, um dos mentores intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, pensando na implementação de um Sistema Público de Ensino para o país, propunha uma educação em que a escola “desse às crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia”. Essa concepção, Anísio Teixeira colocou em prática no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, implantado em Salvador, na Bahia, na década de 1950. Nesse Centro, encontramos as atividades, historicamente entendidas como escolares, sendo trabalhadas nas Escolas-Classe, bem como outra série de atividades acontecendo no contraturno escolar, no espaço que o educador denominou de Escola-Parque. Na década de 1960, a fundação da cidade de Brasília trouxe

consigo vários centros educacionais, construídos nessa mesma perspectiva (MEC, SECAD, 2009 p. 17).

Na década de 1960, Teixeira, à frente da presidência do INEP, foi convocado pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek para coordenar uma comissão juntamente com Darcy Ribeiro, Ciro dos Anjos e outros; com o objetivo de criação do chamado “Plano Humano”, modelo educacional a ser implantado em Brasília para posteriormente se estender por todo o território nacional. Na oportunidade, implantou-se a chamada “Escola-Parque” que deveria receber alunos no contra turno para a prática de atividades físicas, esportivas, artísticas e culturais (**ibidem**).

A partir da experiência de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro criou os “Centros Integrados de Educação Pública – CIEP’s”, no Rio de Janeiro com estrutura para abrigar a chamada educação integral com a perspectiva de que estes centros se constituíssem em espaços de convivência comunitária (**ibidem**).

Hoje a sociedade tem cobrado da instituição escolar amplas funções, que antes a ela não cabiam; tendo em vista que pais e mães, cada vez mais envolvidos com a necessidade do trabalho fora do lar, tem confiado, única e exclusivamente à escola, a tarefa de proporcionar aos seus filhos, não apenas a educação formal, como também a não formal.

A modernidade absorve cada vez mais o tempo das pessoas, acarretando, dessa forma a ausência, cada vez maior, do lar e conseqüentemente surge a necessidade da criação de espaços que possam abrigar e formar crianças e jovens.

No duplo desafio da escola de, ao mesmo tempo, proteger e educar dentro do contexto escola de tempo integral, a possibilidade dela assumir abrangência que para uns a desfiguram, enquanto que para outros a tornam um espaço real de

democracia, passando a incorporar responsabilidades que antes não lhe cabiam, mas que se não estiverem garantidas poderão tornar inviável o trabalho pedagógico (MEC, SECAD, 2009).

Dessa forma, falar sobre educação integral implica se pensar nas variáveis tempo e espaço, necessários para que haja socialização, diálogo e trabalho pedagógico de qualidade, com vistas à formação integral do cidadão.

2.6 CONSELHO ESCOLAR

Para que a escola funcione como uma comunidade de aprendizagem, constituída pela reunião de diferentes atores e saberes sociais, que constrói um projeto educativo e cultural próprio e como ponto de encontro e de legitimação de saberes oriundos de diferentes contextos, é necessário o estabelecimento de políticas socioculturais. Além de reconhecer as diferenças, é preciso promover a igualdade e estimular os ambientes de trocas, e, parafraseando Boaventura de Souza Santos (2002), pode-se dizer, em um projeto aberto, em que cada pessoa tem direito à igualdade, sempre que a diferença inferioriza e tem direito à diferença toda vez que a igualdade homogeneiza, para dar conta da complexidade do mundo contemporâneo. Tal projeto deve estar comprometido com a transformação da sociedade e com a formação de cidadãos e encontra, no diálogo, uma ferramenta eficaz. Na “disponibilidade para o diálogo”, no sentido usado por Freire (1996, p.153), de “abertura respeitosa aos outros”, é possível potencializar todos os agentes educativos enquanto instituições formadoras. Dessa forma, a escola poderá ser afetada positivamente, pelas práticas comunitárias, pela liberdade e autonomia presentes nos espaços de educação informal, pela concretude e pelo movimento da vida cotidiana (MEC, SECAD, 2009 p. 33).

Na concepção do MEC, as famílias podem se envolver ativamente nas decisões tomadas pela escola, bem como candidatar-se a uma vaga no Conselho Escolar, situação que oportuniza o acompanhamento facilitado do trabalho dos gestores escolares.

Ainda de acordo com o MEC, os conselhos devem ser constituídos por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. Cada instituição deverá estabelecer seus regimentos, os quais devem ser transparentes e democráticos, os membros do conselho devem ser

eleitos através de votação, exceto o gestor que tem cargo efetivo e obrigatório. Ao conselho cabe, desde decisões sobre possíveis investimentos financeiros quanto processos pedagógicos da instituição.

Para que haja maior e melhor formação dos conselhos, o Ministério da Educação elaborou o Programa Nacional do fortalecimento dos Conselhos, o qual é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica (SEB), por intermédio da Coordenação Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino (Cafise) e do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino (Dase). Este programa tem como parceiros membros nacionais e internacionais, os quais contribuem para a elaboração e efetivação das capacitações dos conselheiros, ações que oportunizam o constante fortalecimento e otimização dos Conselhos Escolares.

Nas redes públicas de ensino há experiências variadas de implementação de colegiados ou conselhos escolares – estâncias importantes como espaço de mediação, interlocução e compartilhamento de decisões – contribuintes para o processo democrático dentro da gestão escolar. No entanto sua criação formal não é capaz de garantir efetividade à gestão democrática. O conselho deve ter como meta o desenvolvimento de ações compartilhadas, sempre contando com representatividade dos diversos segmentos das comunidades escolar e local. Deve observar também as normas e o regimento estabelecidos pelo sistema de ensino e suas reuniões podem ser realizadas sempre que necessário, por convocação (ordinárias ou extraordinárias) (FERNANDES, 2001).

Um conselho atuante deve desenvolver na escola a participação, acompanhamento do projeto pedagógico da escola, a transparência dos aspectos administrativos, financeiros e educacionais, como também implementar ações visando acesso e permanência dos alunos na escola com garantia de qualidade (**ibidem**).

O Conselho escolar, como foi visto, deve ter como membros pessoas que consigam dialogar sobre os diversos assuntos relevantes à escola. Desta forma torna-se importante a participação de pais que possam representar cada uma das séries/ciclos. Com isto toda a realidade local terá a oportunidade de ser conhecida pela contrapartida do conselho, ou seja, os professores; e assim ter-se-á garantido um trabalho coeso que viabilize a educação integral dos alunos.

A abertura ao diálogo irá facilitar a gestão, a qual só se torna dinâmica e eficaz pela participação de todos os nela envolvidos. Para que a gestão seja democrática é necessário que ela seja transparente.

CONCLUSÃO

A melhor forma de se promover uma gestão participativa é através da transparência, confiança e respeito a todas as pessoas que compõem a escola, independentemente da posição ocupada por cada um. Também para que haja participação é fundamental que todos estejam conscientizados de seu papel dentro da organização e, aos dirigentes, cabe demonstrar com clareza seus objetivos e buscar que todos participem na construção dos mesmos.

Também para que haja efetiva participação, as pessoas precisam conhecer e estar bem informadas a respeito dos aspectos organizacionais, legislação, planos e diretrizes oficiais, questões pedagógicas e curriculares e finalidade do projeto político pedagógico da escola, bem como estar inteiradas dos aspectos sócio-econômicos da clientela a ser atendida.

Dentro da perspectiva da educação integral é importante frisar que não é o aumento do tempo de permanência na escola que irá provocar no indivíduo as mudanças comportamentais formadoras do cidadão, e sim a educação integral deverá proporcionar condição precípua resultante em uma organização curricular que seja capaz de integrar os diversos campos do conhecimento humano, como também as diversas dimensões necessárias à formação do educando.

É importante lembrar que desde a primeira proposta de criação das escolas de tempo integral, o objetivo de seus idealizadores sempre foi o de proporcionar, dentro de um tempo maior de permanência na escola, estrutura curricular adequada à formação integral do aluno; buscando disponibilizar, através de diferentes estratégias metodológicas, diversidade e transversalidade de conteúdos, oportunidade para que houvesse maior participação do próprio educando em seu processo de formação, de maneira dialógica, participativa e prazerosa.

Porém, não basta à escola simplesmente ampliar tempo e conteúdo. É imprescindível que dentro desse espaço-tempo sejam trabalhados também valores, incentivando o diálogo e o bom relacionamento professor-aluno, responsável pelo crescimento de ambos na busca da educação libertadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACÚRCIO, M. R. B.; ANDRADE, R. C de.: **O currículo ressignificado**. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2003.

ABREU, M. V de. **Progestão**. Brasília: Consed, 2001.

ALMEIDA, F. J de.; ALMEIDA, M. E. B. B de. **Liderança, gestão e tecnologias: para a melhoria da educação no Brasil**. São Paulo: PUC, 2006.

AWAD, H. **Educação física escolar – múltiplos caminhos**. – 1.ed. – Jundiaí, SP: Fontoura, 2010.

BAZARRA, L.; CASANOVA, O.; UGARTE, J.G. **Ser professor e dirigir professores em tempos de mudança**. [tradução Antonio Efro Feltrin]. – 2.ed. – São Paulo: Paulinas, 2008 – (coleção pedagogia e educação. Série formação continuada).

CANDAU, V. M. **Rumo a uma nova didática**. 19 ed. - Petrópolis, Rj: VOZES, 2008.

CAVALLARI, V. M.: **Recreação em ação**. São Paulo: Ícone, 2006.

CECCON, C.; OLIVEIRA, M. D. O.; OLIVEIRA, R. D. O. **A vida na escola e a escola da vida**. 16 ed. - São Paulo: IDAC, 1987.

COELHO, L. M. C da.; CAVALIERE, A. M. V. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis, RJ: 2002.

DALMÁS, A. **Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Progestão: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar, módulo II**. Brasília: CONSED, 2001.

Educação integral: texto referência para o debate nacional. - Brasília : Mec, Secad, 2009.

FEIJÓ, O. G. (1998). **Psicologia para o Esporte - Corpo e movimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Shape

FERNANDES, L. D. **Progestão**. Brasília: Consed, 2001.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 3 ed. - São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da educação física. 4 ed. São Paulo: Scipione, 2002.

FONSECA, V da.: **Cognição, neuropsicologia e aprendizagem**: abordagens neuropsicológica e psicopedagógica. 3 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GROSBAUM, M. W. **Progestão**. Brasília: Consed, 2001.

GUENTHER, Z. C.: **Nova psicologia para a educação**: educando o ser humano. Bauru, SP: Canal6, 2009.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2005.

MARQUES, F.; PONTES, J. A. **Psicomotricidade e educação física**. Fortaleza, CE: Brasil Tropical, 2001.

PENIN, S. T. S. **Progestão**. Brasília: Consed, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PORTAL DO MEC. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12384:conselhos-escolares-apresentacao&catid=316:conselhos-escolares&Itemid=655>. Acesso em 01 de jun. 2010.

RODRIGUES, M. **Manual teórico-prático de educação física infantil**. 6 ed. - São Paulo: Ícone, 1997.

ROSA, C. **Gestão estratégica na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SANT'ANNA, I. M.; MENEGOLLA, M. **Didática**: aprender a ensinar . São Paulo: LOYOLA, 2007.

VERDERI, É. B. L. P.: **Encantando a educação física**. 2 ed. - Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

VELOSO, R. R.; SÁ, A. V. M.: Reflexões sobre o jogo. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd132/reflexoes-sobre-o-jogo.htm>. Acesso em: 22 de jun. 2010.